SUBCOMISSÃO ESPECIAL FIM DA ESCALA 6X1 (PEC Nº 08/2025) REQUERIMENTO Nº ____/2025

(Da Sra. ERIKA HILTON)

Requer a realização de Audiência Pública com o tema "Da Constituinte ao Fim da escala 6x1: o histórico de luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil" a ser realizada no âmbito da Subcomissão Especial que debate a PEC 08/2025.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo nº 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Especial, para debater o tema "Da Constituinte ao Fim da escala 6x1: o histórico de luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil", com os seguintes convidados:

- 1. *Marilane Oliveira Teixeira* Economista, mestre em economia política, doutora em desenvolvimento econômico pelo IE-UNICAMP, pesquisadora do CESIT-IE da UNICAMP nas áreas de trabalho, gênero, sindicalismo e professora da FLACSO/FPA. E assessora sindical;
- Jorge Luiz Souto Maior professor livre-docente de Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital – GPTC,





entidade integrada à Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Direito do Trabalho e da Seguridade Social – RENAPEDTS; e atuou como magistrado trabalhista, tendo sido titular da 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP e Desembargador do Trabalho;

- 3. **José Dirceu** Ex-ministro da Casa Civil, Ex-deputado Federal e Deputado Constituinte;
- 4. **Benedita da Silva** Deputada Federal em exercício e Deputada Constituinte;
- 5. *Rick Azevedo* Vereador do Rio de Janeiro pelo PSOL, líder do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT);
- 6. Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).





sentação: 01/09/2025 18:31:16.810 - SUBJORI



JUSTIFICATIVA

A Comissão Especial que se "Destinada a debater e apresentar sugestões à PEC 8/25, que acaba com a escala de trabalho 6x1", trará importantes subsídios para o avanço na redução da jornada de trabalho no Brasil. A temática está em pauta no país desde a Constituinte de 1988, período marcado por discussões fundamentais na definição dos pilares do Estado Democrático de Direito do Brasil - dentre eles, a jornada de trabalho e estabilidade no emprego.

A insustentabilidade do modelo de trabalho abusivo e adoecedor, de escravização moderna do trabalhador, como a escala 6x1, é um tema inescapável para o conjunto da sociedade, assim como foi a abolição da escravidão no Brasil, a conquista da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), a redução da jornda de 48h para 44h na Constituinte e aprovação da PEC das domésticas.

A discussão, à época da Constituinte, tinha como objetivo reduzir a jornada de 48 horas para 40 horas semanais, mas a proposta vencedora foi a de 44 horas, alternativa intermediária fruto de uma série de negociações que, na prática, fez com que milhões de cidadãs e cidadãos brasileiros tivessem que trabalhar mais do que cinco dias por semana. Essa é uma jornada exaustiva que obsta a classe trabalhadora de seus direitos sociais mais básicos (como saúde, educação e lazer), sendo, portanto, um entrave para a promoção do bem-estar social, aumento da produtividade e possibilidade de qualificação da mão de obra no país.

Ainda assim, a classe trabalhadora deu continuidade à mobilização de base em prol dos seus direitos e por uma jornada de trabalho mais justa e igualitária. A petição online do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT),





esentação: 01/09/2025 18:31:16.810 - SUBJORI

organizada por Rick Azevedo, por exemplo, chega a quase 3 milhões de assinaturas, em defesa da redução da jornada e em apoio à PEC pelo fim da escala 6x1. Sendo um dos importantes catalisadores para que PEC 08/2025 tenha 64% de aprovação pela população brasileira, segundo o Datafolha¹.

Pesquisa realizada pelo DataSenado, entre março e abril de 2024, já demonstrava que 51%, da população acredita que seria positivo a redução da jornada para 4 dias, com a manutenção dos salários, por exemplo. A pesquisa de opinião tratava sobre temas de carga horária, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores do país e destacou que a maioria absoluta dos cidadãos (67%) entendem como um dos maiores desafios dos brasileiros a relação à qualidade de vida e o valor dos salários. A redução da jornada de trabalho na Constituição daria uma resposta esse desafios, por apostar em um combinado de valorização do salário mínimo e das horas trabalhadas que deixaria atrativa a formalização do trabalho, por meio da CLT, reduzindo o desemprego, distribuindo a riqueza, inibindo acordos para escalas de mais de 32 horas, como também impulsionaria a melhoria da qualidade de vida da população e aumento de arrecadação de todos os setores.

A PEC 08/2025, que objetiva reduzir a jornada de trabalho no Brasil e por fim à escala 6x1, ganhou contornos históricos a partir de forte mobilização dos trabalhadores na internet, que denunciam o caráter exploratório da jornada 6x1, que impossibilita tempo de lazer, descanso, profissionalização, elevação da escolaridade, acesso à cuidados médicos e tempo para cuidados de crianças e idosos, além de casos expoentes de adoecimento mental desses trabalhadores.

1Datafolha: 64% dos brasileiros defendem fim da escala 6x1. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/28/datafolha-64percent-dos-brasileiros-defendem-fim-da-escala-6x1.ghtml Acesso em 30/08/2025.





sentação: 01/09/2025 18:31:16.810 - SUBJOR

Portanto, é de suma importância que no âmbito da Subcomissão destinada a debater e apresentar sugestões à PEC 8/25, que acaba com a escala de trabalho 6x1, se repasse e dialogue sobre os desafios políticos da redução de jornada de trabalho, seus aspectos históricos, legais, constitucionais econômicos, os efeitos sobre as negociações entre trabalhadores e empregadores, em uma Audiência Pública com o tema "Da Constituinte ao Fim da escala 6x1: o histórico de luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil", com atores sociais de base e políticos determinantes e articulados em prol da redução da jornada e pelo fim da escala 6x1.

Em vista do exposto, contamos com o apoio dos nobres para aprovação deste requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 2025.

Deputada Federal ERIKA HILTON

(PSOL/SP)



